

# FLAMA



## SUBEMPREGO TRANSFORMA A BAIXA LISBOETA

### GUINÉ-BISSAU: UM PROCESSO EM MARCHA



O major PEDRO PIRES — peça influente nas negociações — chega a Argel

## ANGOLA: PORQUÊ SÓ LUANDA?



# GUINÉ-BISSAU: UM PROCESSO EM MARCHA

proibido em 1815 o comércio de escravos continuará ainda por muito tempo na Guiné, até aos fins do século XIX".

Pouco a pouco, o comércio de escravos foi sendo substituído pelo de produtores locais: óleo de palma e coconote, amendoim (desde 1840-1850) e depois borracha (sobretudo a partir de 1890).

A exportação destes produtos é a importação, em troca de produtos europeus (tecidos e álcool principalmente) foram rapidamente monopolizados por algumas grandes sociedades europeias de comércio. Dada a pobreza de Portugal, foram sobretudo casas francesas (como a Companhia Francesa da África Ocidental, de Marselha) ou alemãs (como Rudolf Titzck e Cia., de Hamburgo) que desempenharam o papel principal.

Assim, no início do século XX (1905-1914) o comércio externo da Guiné é controlado por sete casas comerciais: três francesas, uma alemã, uma belga, uma franco-inglesa e uma só portuguesa, a Sociedade A. Silva Gouveia. O amendoim e a borracha são principalmente exportados para França; o coconote é exportado para a Alemanha, que fornece em troca o álcool. Entre 1903 e 1913, apenas 18 por cento do comércio externo da Guiné é feito com Portugal. Após a guerra de

1914-18, que paralisou o comércio com a Alemanha e diminuiu aquele que se fazia com os outros países, a parte do comércio com Portugal sobe para 25 a 30 por cento, situação que se mantém até 1927.

Nesse ano, o fascismo de Salazar, imposto a Portugal em 1926, estabeleceu um regime alfandegário que penaliza fortemente o comércio com outros países que não sejam Portugal, regime que será reforçado em 1932 e que se destinava a proporcionar à burguesia financeira portuguesa maiores benefícios na exploração colonial. Assim, as companhias estrangeiras são forçadas a abandonar os seus entrepostos e o comércio de produtos torna-se monopólio quase absoluto da Companhia União Fabril (C. U. F.), que controla também os transportes através da sua filial Gouveia.

Desde 1930, 70 por cento das exportações destinam-se a Portugal. Mas dada a fraqueza industrial e financeira portuguesa, para fazer face às despesas de administração e ocupação, o governo português instituiu impostos; além dos direitos de alfândega, um regulamento de 1903 criou um imposto de palhota, recebido através dos chefes locais. De 1903 a 1904 o volume deste imposto passa de 10 000 para 81 300 escudos. Foi a instituição e a cobrança deste imposto de palhota que desempenhou um papel decisivo no início da revolta e da resistência do povo da Guiné contra o colonizador.

**O**s chefes do interior do território, que tinham aceitado o colonizador para consolidar o seu próprio poder, começam a ficar desiludidos com as exigências em matéria de impostos. Uma revolta dos chefes fulas, em 1907-1908, necessitou de duas colunas militares enviadas expressamente da Metrópole. Depois de vencidos os Fulas, desde então uti-

lizados como auxiliares militares dos portugueses, entra-se na "pacificação" e ocupação de outras zonas do interior, sobretudo realizada entre 1913 e 1915 por Teixeira Pinto, um capitão que a história do P. A. I. G. C. classifica de "massacrador sanguinário". Na realidade, em 1915, os abusos que cometeram



levaram à sua destituição pelo Ministério das Colónias. Entretanto, com mais dificuldade, vai prosseguindo a campanha de "pacificação" dos Bijagós.

O imposto de palhota, a que se submetia o indígena, era obrigatório tanto para pobres como para ricos. Além dele, havia o imposto

dissolvida quatro anos depois, acusada da responsabilidade da revolta indígena de 1915.

O primeiro núcleo do ideal nacional foi criado, sob o nome de "Associação Desportiva e Recreativa dos Africanos", em 1953, por alguns estudantes regressados de Portugal. No ano seguinte, a associação foi proibida pelas autoridades portuguesas.

Quando o movimento de libertação nacional se desenvolvia pelo mundo, foi criado o M. I. N. G. (Movimento para a Independência Nacional da Guiné), que se revelou frágil. Apesar das tentativas do governo português em "isolar" as suas atrasadas colónias das influências internacionais libertadoras, a caminhada para a independência iria começar, em Setembro de 1956, com a formação do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P. A. I. G. C.), o instrumento político e militar da libertação nacional.

**A**MÍLCAR Cabral, com cinco companheiros, criou, em 19 de Setembro de 1956, o P. A. I. G. C. Este acontecimento é celebrado, no novo país, como decisivo na história nacional e o instrumento fun-

do em que instalou um Secretariado-Geral em Conakry, capital da República da Guiné. Abriu também uma delegação em Dakar e numerosas representações diplomáticas em vários países africanos e na Suécia.

Nos seus princípios, o P. A. I. G. C. definiu uma ética de ajuda exterior que consiste em "nunca pedir a ajuda de que necessita de facto, mas esperar que cada um, em consciência, dê a ajuda que pode dar. No plano da ajuda, o P. A. I. G. C. nunca deixou de salientar a importância da ajuda dos países socialistas e, sobretudo, da União Soviética, porque essa ajuda é um facto concreto e real e o P. A. I. G. C. não esconde a realidade, por oportunismo, mesmo que isso não agrade a toda a gente".

A sua divisa é "Unidade e Luta" e elaborou o seu próprio sistema de pensamento político. Amílcar Cabral, anos mais tarde assassinado, num "complot" em que se acusa a P. I. D. E. de participação fundamental, é justamente considerado, internacionalmente, como um dos grandes pensadores políticos africanos.

A organização económica e política lançadas pelo P. A. I. G. C. nos vastos territórios



il na vigência do II Governo Provisório da República, o general António de Spínola, em proclamação solene ao país e ao mundo, reconheceu o direito à independência para a Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. Quanto a Cabo Verde, equipá-lo que era reivindicado pelo novo país, a decisão deverá partir do próprio povo cabo-verdiano.

de consumo, que aumentava o preço das mercadorias de uso corrente, importadas.

Por outro lado, o indígena era submetido ao trabalho forçado e a penas de prisão convertíveis em trabalho forçado. Em 1954, o estatuto do indigenato mantinha o princípio legal do trabalho forçado. Condenado pelas Nações Unidas, Portugal foi obrigado a renunciar, em 1961, pelo menos no papel, ao indigenato. Todavia, os cidadãos de Cabo Verde, são levados, pela fome ou pela repressão, a empregar-se, como "contratados" por quatro anos a fim de irem trabalhar nas plantações de São Tomé e de Angola.

Na Guiné, ainda havia a "cultura obrigatória", principalmente do amendoim. O camponês era obrigado a uma cultura, mesmo que fosse mal paga e mais desvantajosa do que outra, como o arroz.

Considerada como uma das anunciadoras do movimento de libertação nacional, a Liga Guineense, criada em Bissau, em 1911, foi

damental que o libertou do jugo estrangeiro, permitindo à Guiné retomar o curso da sua história que fora interrompido pela conquista e dominação colonial portuguesa.

Partido que se definiu democrático, progressista, anticolonialista e anti-imperialista, o P. A. I. G. C. desde sempre obedeceu às "Palavras de Ordem" do seu fundador e primeiro secretário-geral, Amílcar Cabral: "praticar, em todos os aspectos da vida do Partido, a democracia revolucionária. A democracia revolucionária exige que o militante não tenha medo do responsável, que o responsável não tenha receio do militante nem medo das massas populares. Exige que o responsável viva no meio do povo, à frente do seu povo e atrás do seu povo, que trabalhe para o Partido ao serviço do povo".

A luta do P. A. I. G. C. começou em 1961,

que foi progressivamente libertando da dominação portuguesa granjearam apreço internacional, nomeadamente através do relatório de uma comissão das Nações Unidas ali enviada para observar o trabalho feito.

Hoje é Luís Cabral, irmão de Amílcar Cabral, quem preside aos destinos do novo país, ocupando o lugar correspondente a presidente da República. Quanto ao P. A. I. G. C., trave mestra do novo país, é dirigido por Aristides Pereira, o adjunto de Amílcar Cabral que sucedeu após a morte do grande fundador (que sempre desejou entrar em contactos para a paz com os governos fascistas portugueses), ocorrida na República da Guiné. O P. A. I. G. C. — o mais conhecido e considerado dos movimentos de libertação africanos — é "a força dirigente da nova sociedade" no novo país africano.





# GUINÉ-BISSAU: UM PROCESSO EM MARCHA

A "Guiné portuguesa", de fronteiras fixadas em 1886, e descoberta por navegadores lusíadas no século XVI, é hoje a Guiné-Bissau, República independente, reconhecida por mais de oitenta Estados, após onze anos de luta contra o colonialismo português. Alguns ainda sentirão cravado o estigma da nova independência. Imbuídos de uma concepção nacionalista que extravasava os limites do continente europeu, para eles, o "pluricontinentalismo" era dogma irrefutável, sendo a pluricontinentalidade um princípio sacrossanto que ultrapassava o mínimo direito de todos os povos à independência, ao direito de dirigirem os seus próprios destinos, queira ou não a chamada mãe-pátria". Esta, será realmente uma mãe-pátria se, obtida a independência, conseguir — sem qualquer traço de neocolonialismo — a cooperação que, em vez de exploração, poderá, em bases igualitárias, unir os povos e os interesses dos dois países.

Uma longa luta armada de onze anos, custou vidas a ambos os lados porque o colonialismo, como sempre, entendeu que conseguia, pela força das armas, prosseguir, indefinidamente, uma política de força contra uma situação que apenas se solucionava pela via política. A Guiné-Bissau, pela via do P. A. I. G. C., granjeou desde há muito — embora só agora a opinião pública nacional o tenha podido saber — a admiração e o respeito de grande parte do mundo. Não só de africanos, mas também de ocidentais, socialistas ou não.

LONGO foi o caminho percorrido, desde 1963, até ao dia 24 de Setembro de 1973, data em que o P. A. I. G. C., unilateralmente, declarou a independência. Menosprezada pelo governo fascista de Caetano, essa independência rapidamente souou reconhecimentos. Mas foi necessário um 25 de Abril para que a luta do povo da Guiné-Bissau fosse legitimamente reconhecida e, mais tarde, através da uma declaração (essa sim) histórica, o direito à independência do seu povo se visse ratificado pelos colonizadores de cinco séculos.

"Antes da criação, em 1956, do P. A. I. G. C., verdadeira força motriz da luta de libertação nacional na Guiné e em Cabo Verde, houve algumas tentativas de acção 'legal' de alguns grupos nacionalistas, anisados pelo desejo de servir o interesse do seu povo, no sentido de conquistarem posições no seio de certos organismos colonialistas, de carácter social e sindical. Essas tentativas chocaram sempre com a poderosa barreira levantada



pelos colonialistas para impedirem qualquer velocidade dos Africanos de se sentirem com direitos na sua própria terra. Nas condições concretas da dominação colonial portuguesa, só a mais rigorosa clandestinidade poderia permitir o desenvolvimento da actividade do P. A. I. G. C. — isto lê-se na "História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde", elaborada pelo P. A. I. G. C., que as crianças da Guiné-Bissau lêem hoje nas escolas onde aprendem a ser livres.

A luta de libertação nacional na Guiné-Bissau, segundo o P. A. I. G. C., começou há longos anos. A recusa do pagamento dos pesados impostos fixados pelas autoridades portuguesas por parte de alguns chefes indígenas, não obstante colaboradores com os colonialistas, é, para o P. A. I. G. C., o princípio da revolta dos habitantes da Guiné contra a opressão.

Chegando, no século XVI, ao domínio de regiões da costa ocidental africana, os Portugueses, após diversos confrontos com outras potências colonialistas europeias, só em 1886 fixaram, por acordo internacional, as fronteiras da chamada Guiné portuguesa. Mesmo assim, e não estando nem ocupado, nem explorado o interior do território que os Portugueses passavam a dominar (e que só controlavam no litoral, devido ao interesse comercial de alguns produtos indígenas e, sobretudo, ao negócio escravagista), em 1905 a ignorância da zona iria provocar a rectificação da fronteira

traçada anteriormente sobre uma carta, para ser deixada à França uma região (a de Kadô) que se julgava encontrar a oeste do meridiano 16 graus de longitude oeste (meridiano de Paris) quando na realidade se situava a leste.

A Guiné-Bissau é uma superfície pantanosa de 36 125 quilómetros quadrados que se situa na costa ocidental africana entre as Repúblicas do Senegal e da Guiné-Conakry. Assim, passará a haver duas Guinés, diferenciadas, formalmente, pela designação das duas capitais.

Quase metade do território da Guiné que é Bissau é ocupado pelas planícies marítimas, costeiras, sempitantes, englobando alguns raros fragmentos de planaltos cuja altitude não ultrapassa 300 metros. Da Guiné faz parte o arquipélago dos Bijagós, numeroso grupo de ilhas situadas a 30 quilómetros ao largo do continente africano. Com uma população aproximada de 600 mil habitantes, da qual só uma pequena percentagem é europeia, um terço da sua população é muçulmana.

A economia do novo país baseia-se essencialmente nos produtos agrícolas, nomeadamente em plantações de arroz, milho, mandioca. Existe ainda a criação de gado, especialmente bovinos e suínos. Mais recentemente, foram descobertos alguns jazigos de bauxite e de ouro. Por outro lado, não existe qualquer indústria de transformação.

Três grupos étnicos principais constituem a população da Guiné; povos do litoral (grupo

Dnola-Balanta, grupo Manjaco e Banhum, grupo Beafadas e Nalús e grupo de Bijagós, Cocoli e Padjadincas), Mandingas e Fulas. Estes dois últimos, são os habitantes do interior do território. "O colonialismo português explorou as diferenças nascidas ao longo da história entre os povos da Guiné, para os pôr uns contra os outros, tentar convencer alguns da sua 'superioridade' — diz a história da Guiné do P. A. I. G. C.

"A diversidade dos grupos linguísticos e étnicos não deve, contudo, dissimular a profunda unidade do povo guineense. Povos do litoral, Mandingas e Fulas são na realidade irmãos e estreitamente aparentados, como o prova notavelmente o facto de as suas línguas pertencerem todas à mesma grande família linguística Nígero-Congoleza", salienta o referido compêndio. Refere-se ainda que "o colonialismo português procurou utilizar os feudais fulas como auxiliares das suas dominação e exploração, sistema que utilizou em relação a outros povos da Guiné, seja utilizando os 'notáveis' tradicionais, seja fabricando completamente uma organização artificial de chefes".

NO século XIX, a industrialização europeia, o início do capitalismo e de certas formas de imperialismo levaram a que a África, até então quase apenas um local

A "Guiné portuguesa", de fronteiras fixadas em 1886, e descoberta por navegadores lusíadas no século XVI, é hoje a Guiné-Bissau, República independente, reconhecida por mais de 80 Estados, após onze anos de luta contra o colonialismo português.

de comercialização de escravos, se tornasse um produtor de matérias-primas a explorar (termo que se pode utilizar, neste caso, em toda a extensão do seu significado) e num comprador potencial.

No que diz respeito à exploração colonial portuguesa desse período, a história do P. A. I. G. C. diz que "apesar de oficialmente





# PORTUGAL-GUINÉ-BISSAU: AS NEGOCIAÇÕES QUE NÃO PODEM FALHAR

ou menos falíveis, que a primeira semana de conferências decorreu. Como aferidor do andamento dos trabalhos, os jornalistas tinham pouco mais do que a boa disposição ou a maior frieza das delegações, à entrada e saída do portão do Hyde Park Hotel. O que pouco (ou muito?) adiantava...

O Governo Provisório tinha acabado de tomar posse, a 17 de Maio, perante o general António de Spínola, quando, menos de uma hora depois, um avião descolava da Portela de Sacavém. Transportava o dr. Mário Soares, cuja tinta de assinatura no

livro protocolar ainda mal secura no espaço reservado para o ministro dos Negócios Estrangeiros do novo Governo português. O avião pertencia a Leopold Senghor, presidente do Senegal, e o voo tinha como destino Dakar. Esta viagem relâmpago, tão insuspeitada como breve, serviu para ser reservada a "suite" do segundo andar do Hyde Park Hotel, em Londres. De facto, poucas horas mais tarde, já os *telexes* batiam a notícia: o Governo português abria, a 25 de Maio, precisamente um mês depois da queda do fascismo (que era simultaneamente o regime colonialista que sangrou o País), as negociações com o P.A.I.G.C. A



A delegação portuguesa às conversações de paz de Londres chega ao hotel para mais uma sessão de trabalho. Com Mário Soares, estão o tenente-coronel Almeida Bruno e o prof. Jorge Campinos. À DIREITA — A delegação da Guiné-Bissau chega a Londres. À frente, o major Pedro Pires, vice-ministro das Forças Armadas do novo Estado, unilateralmente declarado independente em Setembro de 1973.

decisão resultava de um encontro, em Dakar, entre Mário Soares e Aristides Pereira, secretário-geral do P.A.I.G.C.

Embora inscritas no programa do Movimento das Forças Armadas, as negociações de paz, dada a rapidez com que a Junta de Salvação Nacional e o Governo Provisório agiam, deixaram atónitos os observadores e as diplomacias internacionais. Por exemplo, o jornal "Times", de Londres, cidade escolhida para o desenrolar das conversações, escrevia em editorial, que os governantes portugueses não tinham perdido tempo para demonstrar como estavam empenhados no desmantelamento do império colonial mais antigo do Globo.

**E**XCELENTES" foi o adjectivo utilizado pelo major Pedro Pires quanto às perspectivas das negociações, à chegada a Londres, à frente da delegação dos nacionalistas guineenses. Pouco depois, cerca das 17 horas desse dia 25 de Maio, iniciava-se a primeira reunião.

Mário Soares desembarcava, na capital britânica, na véspera com os restantes elementos da sua delegação: o tenente-coronel Almeida Bruno, chefe da Casa Militar do Presidente da República, o embaixador Jorge Campinos e José Neves, representante do Partido Socialista Junto da Internacional Socialista, em Londres, onde permaneceu exilado durante nove anos.

A representação do P.A.I.G.C. foi uma incógnita até chegar ao Hyde Park Hotel. Sabia-se que Aristides Pereira, que se supunha poder encabeçar a delegação, tinha desembarcado em Argel, com os companheiros. No entanto, ficou aí. Também se pensou que Luís Cabral, irmão de Amílcar Cabral, patriota assassinado e obreiro da resistência da Guiné-Bissau, e que ocupa a presidência do Estado, pudesse estar presente em Londres. Todavia, a delegação que aterrou na principal cidade britânica, vinda de Argel, onde conferenciou, antes, com o presidente Houari Boumediene, apareceu fortemente constituída por importantes elementos militares. Desde logo, aos observadores pareceu ver confirmar-se a ideia de que a primeira fase das negociações se centraria nos problemas militares, isto é, no cessar-fogo, como pedia o P.A.I.G.C. Além de Pedro Pires, chefe da delegação, esta era constituída por José Araújo, comissário do secretariado-geral da Guiné-Bissau; Bobo Keita, membro do conselho executivo do P.A.I.G.C.; dois oficiais, os majores Umara Diallo e Lúcio Soares; e dois diplomatas, Júlio Semedo, representante (como observador) da Guiné-Bissau nas Nações Unidas e Giles Fernandes, representante do Estado em Estocolmo.

**D**ESCOLONIZAÇÃO, não neocolonialismo", reafirmara o dr. Mário Soares antes de se dirigir a Londres. Interpretaram os observadores esta declaração como a eliminação da hipótese da estrutura federativa inicialmente proposta pelo general António de Spínola na sua obra "Portugal e o Futuro".

O optimismo, se bem que moderado, foi a nota que pareceu dominante ao cabo das



# PORTUGAL-GUINÉ-BISSAU: AS NEGOCIAÇÕES QUE NÃO PODEM FALHAR

Texto de FERNANDO CASCAIS/Fotos (C) CAMERA PRESS/SYGMA/FERIAQUE/A.D.S./FLAMA

Ao cabo de uma semana, interromperam-se as conversações de Londres, entre o Governo Provisório e o P. A. I. G. C. Ao iniciarem-se esperava-se um acordo ao fim de três dias. As dificuldades, porém, parecem ter aumentado, sobretudo com a entrada da questão de Cabo Verde na matéria. Não obstante, e uma vez que o P. A. I. G. C., já aceitou negociar, separadamente, os problemas destas ilhas e os da Guiné-Bissau, Estado que o Governo português deverá reconhecer, como outros oitenta países, não existirá — segundo os negociadores — qualquer malogro. Entretanto, vindo de Londres, Mário Soares, chefe da delegação portuguesa, passou por Paris (encontros com o novo ministro dos Estrangeiros francês e com o presidente Senghor, do Senegal) e um telegrama da Reuter anunciava que Lusaka seria o cenário de novas negociações, desta vez com a Frelimo. Dentro de dias, retomam-se as conversações de Londres. Foram já alcançados acordos quanto a pontos fundamentais, declarou Mário Soares no regresso da primeira semana de contactos que decorreram sob um sigilo que exasperou um magote de jornalistas.

**E**STAS negociações não podem falhar."

A frase foi uma das poucas que os jornalistas puderam colher dos porta-vozes quase silenciosos das delegações que, numa "suite" do segundo andar do Hyde Park Hotel de Londres, somavam horas de reunião e discussões para tentar resolver uma guerra colonial de onze anos.

De um lado, uma delegação portuguesa chefiada por Mário Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Provisório e

secretário-geral do Partido Socialista; do outro, uma delegação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (P. A. I. G. C.), dirigida pelo major Pedro Pires, vice-ministro das Forças Armadas do estado da Guiné-Bissau, proclamado unilateralmente independente em Setembro de 1973, pelo P. A. I. G. C., e já reconhecido por 84 países das Nações Unidas.

A data que estas linhas são escritas, as conversações de Londres completaram uma

semana, quando, inicialmente, estavam previstas para cerca de três dias. Razões? Dificuldades, segundo parece, mas não o malogro, porque — como disse um delegado próximo da representação dos nacionalistas guineenses — "as negociações não podem falhar".

Ao cabo de uma semana de encontros, cerca de 24 horas tinham sido gastas em conversações secretas no Hyde-Park Hotel. No átrio do vitoriano hotel, um magote de jorna-

listas e observadores, entre os quais muitos portugueses, lutavam contra o silêncio dos elementos das delegações, os quais — como um dos jornalistas portugueses afirmou numa das suas crónicas — parece que, antes de iniciarem as conversações, já tinham celebrado um pacto: o do silêncio.

Portanto, foi debaixo de um sigilo apenas cortado por frases isoladas, pontas de uma complexa meada que os observadores, tacteados, tentavam desvendar em prognósticos mais



O dr. Mário Soares e o tenente-coronel Almeida Bruno, sempre cercados por representantes dos órgãos de informação, entram no Hyde Park Hotel.



A delegação do P.A.I.G.C. vai entrar no Hyde Park Hotel, em Londres, para mais uma sessão de conversações com a representação portuguesa.